

COMÉRCIO EXTERNO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Tarifaço: novos mercados amenizaram efeito no Brasil

As parcerias do Brasil com novos mercados consumidores ajudaram o país a amenizar significativamente os impactos do tarifaço norte-americano no país. Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro(foto), isso foi reflexo de um trabalho preventivo e, também, das políticas públicas do governo federal voltadas a ajudar empresas e a manter empregos. Ele lembrou que, desde o início da atual gestão, o “feeling do presidente Lula” foi o da abertura de novos mercados, visando um portfólio maior – o que garantiu, ao Brasil, redirecionar parte da produção que, em função da tarifa de 50% imposta a produtos brasileiros, deixou de ser exportada aos EUA. “Buscamos a reconexão do Brasil. Abrimos 437 novos mercados nesses dois anos e nove meses. Um recorde absoluto. Nunca tivemos tantas opções”, disse o ministro ao ressaltar que os esforços do governo continuam, na tentativa de rever a situação com os EUA. “Isso fez com que o tarifaço dos EUA impactasse muito menos (do que era esperado). Graças ao trabalho feito preventivamente, e intensificado agora, de aberturas de mercados; da procura e do restabelecimento de novas relações multilaterais”, acrescentou Fávaro no programa Bom Dia, Ministro. Ele destacou alguns dos “vários acordos bilaterais” assinados recentemente com outros países; e os que estão para serem assinados, com o intuito de abrir outros grandes mercados. **PÁGINA 3**

SÃO PAULO

Fast confessa propina e faz acordo para pagar multas

PÁGINA 5

COPOM

BC de Gabriel Galípolo mantém juros ‘extorsivos’ nas alturas

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros da economia (Selic) em 15%. O anúncio foi feito ontem, depois de uma reunião de dois dias entre o presidente do Banco Central (BC) Gabriel Galípolo e seus diretores. No comunicado oficial, o Copom justifica a manutenção da Selic pela incerteza do ambiente externo, “em função da conjuntura e da política econômica

nos Estados Unidos”. O que, segundo o comitê, exige cautela “por parte de países emergentes em ambiente marcado por tensão geopolítica”. Também é citado o cenário doméstico. Para o Copom, os indicadores de atividade econômica apresentam “moderação no crescimento”, apesar do “dinamismo” do mercado de trabalho, e a inflação permanece acima da meta. **PÁGINA 2**

CÂMARA DE GOLPISTAS



LULA MARQUES/ABRASIL

Câmara aprova urgência para projeto que anistia ‘Bolsonaro’

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira, um requerimento de urgência em favor do Projeto de Lei (PL) 2162/2023, que concede anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Foram 311 votos favoráveis, 163 contrários e 7 abstenções. O resultado foi bastante comemorado por deputados a favor do projeto. Antes do encerramento da votação, parlamentares contrários à proposta gritaram palavras como “sem anistia”. A decisão de pau-

tar a votação foi tomada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (foto), após reunião com líderes partidários ocorrida mais cedo. Há dois anos e meio, golpistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro depredaram as sedes dos Três Poderes por não aceitarem a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. O requerimento de urgência acelera a tramitação da matéria, dispensando e reduzindo formalidades regimentais e prazos. Com isso, o texto poderá ser votado diretamente em plenário .

BANDIDAGEM

Motta manobra e ‘ressuscita’ voto secreto de PEC

A Câmara dos Deputados restabeleceu, ontem, o voto secreto para autorizar a abertura de processos criminais contra deputados e senadores, na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3 de 2021, a chamada da PEC da Blindagem. Com 314 votos favoráveis e 168 contrários, a proposta estabelece que deputados e senadores somente poderão ser processados criminalmente após aval da Casa do parlamentar — Câmara ou Senado. O texto segue para o Senado. O relator da PEC, deputado Claudio Cajado (PP-BR), apresentou emenda aglutinativa para retomar

o texto original sobre o voto secreto, excluído durante a madrugada. “Nós não temos dúvida alguma que a votação de ontem não espelhou o amplo posicionamento do plenário da Casa. A votação transcorreu após a meia-noite, muitos dos deputados, inclusive, me procuraram dizendo que estavam dormindo”, justificou o relator. Após aprovação do texto-base da PEC em 1º e 2º turno, o Plenário aprovou destaque que excluiu o voto secreto para autorização de ações penais e de prisão em flagrante por crime inafiançável contra deputados e senadores. **PÁGINA 4**

INDICADORES

IBOVESPA 1,06% / 145.593,63 / 1.531,89 / Volume: 45.295.200.533 / Negócios: 3.688.414										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo						
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,3590	Venda: 6,5390					
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.												
GOL Linhas Aereas S.A.	6,55	-0,15%	-0,01	Grupo Casas Bahia S.A.	4,900	+13,43%	+0,580	Profarma SA	6,94	-7,22%	-0,54	S&P 500	6.600,35	-0,10%									
Azul SA Pfd Registered Shs	1,45	+4,32%	+0,06	JHSF Participacoes S.A.	6,02	+8,27%	+0,46	Mangels Industrial SA	5,76	-6,80%	-0,42	NASDAQ Composite	22.261,326	-0,33%									
Cogna Educacao S.A.	3,14	+1,95%	+0,06	Eucatex S.A.	21,45	+8,01%	+1,59	Cia Habitassul de Participacoes	30,05	-6,06%	-1,94	Nasdaq 100	24.223,687	-0,21%									
Magazine Luiza S.A.	11,31	+5,31%	+0,57	Americanas SA	7,99	+7,68%	+0,57	Nutriplant S.A.	2,85	-5,94%	-0,18	Euronext 100	1.614,43	-0,33%									
Banco Bradesco SA Pfd	17,58	+3,47%	+0,59	CM Hospitalar SA	1,090	+6,86%	+0,070	Energisa SA	13,61	-5,62%	-0,81	CAC 40	7.786,98	-0,40%									
															Taxa Selic	15%	(20/08)	14,90%	DÓLAR Ptax - BC				
																	TR	(16/09)	0,1740%	DÓLAR comercial			
																	Poupança	(16/09)	0,6749%	DÓLAR turismo			
																			BM&F/grama/RJ	R\$ 631,22	Compra: 5,3006	Venda: 5,3012	
																			EURO Comercial	Compra: 6,2687	Venda: 6,2693	Compra: 5,3276	Venda: 5,5076

MERCADOS

Bolsa emenda terceiro recorde seguido, pela 1ª vez aos 145 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a renovar máxima intradia e de encerramento ontem pela primeira vez na casa dos 146 mil pontos durante a sessão, tendo ganhado fôlego no meio da tarde com a aguardada confirmação do corte de 25 pontos-base na taxa de juros de referência dos Estados Unidos, pelo Federal Reserve.

O Ibovespa (Índice Bovespa) não conseguiu sustentar os inéditos 146 mil pontos no fechamento, mas encerrou o dia em máxima de encerramento pela terceira sessão consecutiva - e também pela quarta vez nas últimas cinco sessões, a começar pela última quinta-feira, em uma sequência interrompida apenas por uma leve correção na sexta.

Na B3, o Ibovespa iniciou o dia aos 144.058,51 pontos, embicou a 143.910,14 pontos na mínima e, em novo recorde histórico, foi aos 146.330,90 pontos na máxima, então em alta de 1,58% na sessão. Ao fim, marcava 145.593,63 pontos - pela primeira vez aos 145 mil em fechamento -, em alta de 1,06%, e com giro reforçado a R\$ 45,2 bilhões nesta quarta-feira de vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o Ibovespa avança 2,34%, colocando os ganhos do mês a 2,95% e os do ano a 21,04%.

Na B3, a expectativa de juros globais mais baixos a partir desta deflagração de ajuste na orientação da política monetária estimulou, em especial, as

chamadas ações cíclicas, mais sensíveis às taxas, aponta João Paulo Fonseca, head de renda variável da HCI Advisors. Na ponta ganhadora do Ibovespa, RD Saúde (+6,06%), Magazine Luiza (+5,31%) e Assaí (+4,55%). No lado oposto, C&A (-2,44%), Marfrig (-2,18%) e Pão de Açúcar (-2,17%).

Entre as blue chips, apenas um papel (BB ON -0,32%) des- toou dos ganhos generalizados na sessão. Destaque para o setor financeiro, em alta de até 3,47% (Bradesco PN) no fechamento. Em dia negativo para o petróleo, as ações de Petrobras tiveram desempenho discreto, mas reforçado no fechamento, com a ON em alta de 0,76% e a PN, de 0,6%. Principal papel do Ibovespa, Vale ON encerrou perto da estabilidade, em leve alta de 0,17%.

DÓLAR

Após rondar a estabilidade pela manhã e no início da tarde de ontem, o dólar à vista experimentou forte volatilidade nas últimas horas sob o impacto da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), seguida pela entrevista coletiva do chairman Jerome Powell.

Com mínima máxima de R\$ 5,3132 e mínima de R\$ 5,2762, a divisa encerrou o dia a R\$ 5,3012 (+0,06%). Foi interrompida uma sequência de cinco pregões consecutivos de queda do dólar, período em que acumulou desvalorização de 2,54%. A moeda perde de 2,23% em setembro e 14,22% no ano.

Luz do Povo

Câmara aprova MP da Tarifa Social de Energia Elétrica

RENAN MONTEIRO, VICTOR OHANA E PEPITA ORTEGA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou no fim do período da tarde de ontem, a medida provisória focalizada na ampliação da tarifa social, programa batizado de "Luz do Povo". O texto que fixa a gratuidade para 17,1 milhões de famílias, nos cálculos do governo, ainda precisa passar pelo Senado. A MP tem prazo de validade até 23h59 de ontem. A aplicação da tarifa social tem um custo de R\$ 3,6 bilhões por ano na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Esse custo seria compensado pela viabilização de outras propostas previstas na versão inicial da medida provisória, incluindo a abertura de mercado para consumidores residenciais. Contudo, após falta de consenso, a Câmara votou uma versão enxuta do texto, adicionando outros trechos ou mudando a redação de alguns itens (veja abaixo o detalhamento).

A gratuidade total na conta de luz, já em vigor, vale para o consumo mensal de até 80 quilowatt-hora. O público são famílias do CadÚnico com renda mensal até meio salário mínimo per capita, pessoas com deficiência ou idosos no benefício de prestação continuada.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já atuou junto às distribuidoras para adequar os sistemas operacionais, configurando os sistemas de faturamento para viabilizar o novo modelo da tarifa social. Ou seja, se a MP caducar haverá um problema logístico, além de jurídico. A MP 1.300/2025 foi inicialmente batizada de "reforma do setor elétrico". A vitrine é a gratuidade de energia elétrica para famílias de baixa renda, mas o texto encaminhado foi além e enfrentou pressão para fatiamento justamente porque tratou de diferentes medidas em uma só.

Em seu relatório, o relator e deputado federal Fernando Coelho Filho (União-PE) retirou todos os outros temas com perspectiva de mudanças estruturais, incluindo a proposta de abertura do mercado livre para os consumidores de baixa tensão, bem como o rateio proporcional ao consumo no pagamento da CDE, independentemente do nível de tensão.

Uma das mudanças mais comentadas no setor, também retiradas, foi a ideia de acabar com os descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, especificamente para os consumidores de fontes incentivadas.

COPOM

BC de Galípolo mantém juros extorsivos nas alturas

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros da economia (Selic) em 15%. O anúncio foi feito ontem, depois de uma reunião de dois dias entre o presidente do Banco Central (BC) Gabriel Galípolo e seus diretores.

No comunicado oficial, o Copom justifica a manutenção da Selic pela incerteza do ambiente externo, "em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos".

O que, segundo o comitê, exige cautela "por parte de países emergentes em ambiente marcado por tensão geopolítica".

Também é citado o cenário doméstico. Para o Copom, os in-

dicadores de atividade econômica apresentam "moderação no crescimento", apesar do "dinamismo" do mercado de trabalho, e a inflação permanece acima da meta.

"As expectativas de inflação para 2025 e 2026 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 4,8% e 4,3%, respectivamente. A projeção de inflação do Copom para o primeiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 3,4% no cenário de referência", diz a nota do Copom.

CENÁRIO INALTERADO

Na reunião anterior, nos dias 29 e 30 de julho, o Copom decidiu interromper o ciclo de alta da taxa de juros, mantendo a Selic

em 15% ao ano, sob a justificativa de que o ambiente externo está mais adverso, por conta das políticas comerciais e fiscais adotadas pelos Estados Unidos (EUA).

As decisões são tomadas levando em conta a situação inflacionária, as contas públicas, a atividade econômica e o cenário externo - tudo tendo como base a avaliação do cenário macroeconômico e os principais riscos a ele associados.

As atas do Copom são publicadas no prazo de até quatro dias úteis. Esta foi a sexta reunião do ano do comitê. A taxa básica de juros da economia (Selic) vale para os próximos 45 dias, quando o Copom volta a se reunir.

SELIC

Para alcançar a meta de infla-

ção, o Banco Central usa como principal instrumento a Selic. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Os bancos consideram outros fatores além da Selic na hora de definir os juros a serem cobrados dos consumidores, entre eles risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

ERROS TOLERÁVEIS

TCU vê falhas na gestão do Bolsa Família e cobra parâmetros do governo

LUIZ ARAÚJO E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou falhas na gestão do programa Bolsa Família e recomendou ao governo federal, entre diversos pontos, que estabeleça o "apetite a risco", que é o nível de erro tolerável entre incluir famílias indevidas ou excluir famílias elegíveis.

Entre os achados, o TCU apontou que a ausência de pa-

râmetros claros para o nível de erro aceitável compromete a priorização de controles e pode resultar tanto em exclusão indevida de vulneráveis quanto em tolerância excessiva a fraudes e pagamentos irregulares.

A fiscalização atende às etapas de formulação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), servindo ao Congresso Nacional para aferir a execução e o cumprimento de metas de programas federais. A auditoria também iden-

tificou fragilidades na execução descentralizada. Municípios relataram falta de pessoal, alta rotatividade de entrevistadores sociais e oferta limitada de capacitação, associadas a apoio técnico restrito do governo federal.

Mais de 90% dos municípios não atingiram o índice mínimo de verificações domiciliares entre 2019 e 2023, e foram observados métodos diversos e não padronizados de conferência dos cadastros, comprometendo

a qualidade dos dados e a focalização dos benefícios.

Outro ponto destacado foi o impacto do Benefício Complementar, que garante valor mínimo de R\$ 600 por família independentemente do número de integrantes. Segundo o TCU, esse desenho reduz a eficiência e gera distorções: o programa poderia economizar até 9,1% do orçamento ou ampliar em 7,2% a redução da pobreza com pagamentos proporcionais ao tamanho familiar.

MP

Governo lança regime especial para atrair datacenters

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma Medida Provisória (MP) que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil, o Redata.

O programa faz parte da Política Nacional de Datacenters (PNDC), vinculado a Nova Indústria Brasil (NIB), e busca impulsionar o crescimento nacional em áreas estratégicas da chamada Indústria 4.0, tais como computação em nuvem, inteligência artificial e Internet das Coisas.

O objetivo é ampliar a capacidade brasileira de armazenagem, processamento e gestão de dados.

A MP, com validade imediata, precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias para valer de forma definitiva. Ela foi apresentada durante evento no Palácio do Planalto, em que o presidente Lula também sancionou a lei que regula o ambiente digital para crianças e adolescentes e enviou ao Congresso um projeto de lei de regulação econômica das big techs, com medidas para combater práticas que prejudiquem a concorrência no

mundo digital.

Segundo o governo, os incentivos previstos na MP do Redata garantem isenção de tributos como PIS/Pasep, Cofins e IPI na aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), importados ou produzidos no Brasil, destinados à implantação, ampliação e manutenção de datacenters.

Equipamentos sem produção nacional similar ficam isentos também de imposto de importação.

Datacenters são instalações físicas que abrigam infraestruturas de computação, como servidores, sistemas de armazenamento e equipamentos de rede, com o objetivo de coletar, processar, armazenar e distribuir dados e aplicativos de forma segura e contínua.

"Apenas 40% dos dados dos brasileiros são processados em território nacional. Todo o resto é encaminhado por cabo submarino para outras localidades do mundo, para serem processados no exterior, onde nossa legislação, sobretudo a legislação de proteção de dados do cidadão não alcança", argumentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Estamos contratando serviços de fora que deveriam estar sendo feitos aqui, providos aqui. Então, nós queremos trazer os datacenters para o Brasil para prover os serviços a preço barato para os brasileiros, para as empresas brasileiras, para as universidades brasileiras, para os hospitais brasileiros, para o SUS", acrescentou.

Em contrapartida aos incentivos do Redata, as empresas terão que investir 2% do valor dos produtos adquiridos no mercado interno ou importado em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O recurso será aplicado em programas prioritários de apoio ao desenvolvimento e adensamento industrial da cadeia produtiva de economia digital, informou o Ministério da Fazenda.

As empresas beneficiadas pelo Redata também terão que oferecer ao mercado nacional no mínimo 10% da capacidade de processamento, armazenagem e tratamento de dados. No caso de empreendimentos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a política prevê a redução de 20% dessas duas obrigatoriedades (investimento e capacidade de processamento).

DOMÉSTICOS

Empregadores podem acertar FGTS sem multa

Em entrevista na noite desta quarta-feira, no programa A Voz do Brasil, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou que os empregadores domésticos poderão regularizar os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados até o próximo dia 31 de outubro sem o pagamento de multas. De acordo com Marinho, dos cerca de 1 milhão de empregadores domésticos no país, 80.506 não estão em dia com os depósitos do FGTS de seus empregados. O número de trabalhadores afetados, segundo o ministro, é de 154.063. No total, o valor em atraso nos depósitos é da ordem de R\$ 375 milhões.

"O ministério não está aqui para multar ninguém. Nós estamos aqui para cuidar e zelar pelos direitos dos trabalhadores. É preciso contar, portanto, com a colaboração dos empregadores", disse Marinho.

"Até 31 de outubro, eles têm o prazo para, de forma voluntária, regularizar. Não fazendo, serão notificados e aí poderão incorrer em serem multados", acrescentou.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

